



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA INSTITUCIONAL DO PODER LEGISLATIVO**Ação Parlamentar e Integração Social****Período: 1º semestre 2021****Carga horária total: 30 h/a****Código: MEST.9.00.7****PROFESSORES****E-mail****MALENA REHBEIN RODRIGUES SATHLER, Dr^a.**

malena.rodrigues@camara.leg.br

RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS, Dr.

ricardo.martins@camara.leg.br

CURRÍCULOS RESUMIDOS**MALENA REHBEIN RODRIGUES SATHLER, Dr^a.**

GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO (GPE): (integrante) GPE 16.17 - Parlamento Digital; CNPQ - Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros Doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ; Mestre em Jornalismo Político, pela UnB, e em Teoria Política Contemporânea e Relações Internacionais, pela Universidade de Westminster; Bacharel em Comunicação, habilitação Jornalismo, pela UnB. Foi professora do UniCeub e da UnB. Analista legislativo da Câmara dos Deputados, com atuação em jornalismo e participação popular. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1405606550131201>

RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS, Dr.

Doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ, Mestre em Educação pela FGV/RJ, Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. Foi professor da UERJ, da FGV/RJ, da Universidade Católica de Brasília e da Universidade de Brasília. Foi assessor e diretor da CAPES/MEC. É consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6914636917207339>

EMENTA DA DISCIPLINA

Estudo dos saberes e práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam sobre o Legislativo, com destaque para as estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas e para as ações pedagógicas realizadas pelo Parlamento, em suas vertentes informativas e comunicativas.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

O aluno deverá ser capaz de identificar os principais meios de participação da sociedade civil no processo legislativo e de utilizar metodologias para evidenciar a influência dessa participação na produção legislativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

- Conceituar participação na democracia representativa.
- Descrever os principais meios de participação da sociedade civil no processo legislativo.
- Identificar a influência das diferentes formas de participação na produção legislativa.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

CONTEÚDO DA DISCIPLINA

- I. Conceitos básicos sobre democracia e representação; democracia representativa e participativa;
- II. Formas de participação: referendo, plebiscito, iniciativa popular, legislação participativa, lobby, audiências públicas e conferências.
- III. O impacto da participação na elaboração das leis:
 - a. audiências públicas e conferências nacionais;
 - b. iniciativa popular e legislação participativa;
 - c. lobby.
- IV. Ação parlamentar e meios de participação no Legislativo
- V. Informação e participação

MÉTODO DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida de forma conjunta pelos professores, sendo as aulas distribuídas em duas partes: a primeira parte de discussão sobre os textos indicados para leitura prévia e avaliação de questões para reflexão; a segunda parte, apresentação do desenvolvimento de reflexão individual dos alunos quanto a aspectos definidos na primeira aula.

O produto da disciplina consiste na elaboração individual pelos alunos de artigo científico que incorpore as discussões e os textos considerados na disciplina de acordo com tema de interesse do discente. Os textos e casos a serem apresentados pelos alunos devem ter relação aplicada com o conteúdo programático em estudo na disciplina e deverá ser encaminhado previamente aos professores para avaliação.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação constará de duas componentes:

- 1) Avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos no curso das aulas (2 pontos).
- 2) Avaliação do artigo, considerando o projeto (a ser entregue na 4ª aula) e o documento finalizado (a ser entregue na 7ª aula) (7 pontos)

Será atribuído conceito final à atuação do aluno na disciplina (1 ponto de participação).

A nota mínima para aprovação é 7,0 e a frequência mínima é de 75%.

CONDUTA ESPERADA DO ALUNO

O aluno deve estar ciente de que se matriculou em disciplina de curso *stricto sensu*, cujo propósito é formar profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento. Nesse sentido, são características esperadas do aluno:

- ser proativo, organizado e gostar de estudar diariamente;
- ser responsável, pontual e respeitar prazos;
- agir como um pesquisador, o que significa trabalhar muito e de forma independente;



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

- ser capaz de colaborar com outros alunos e de se engajar em atividades de grupo;
- ter bom domínio da gramática da língua portuguesa;
- saber ler textos técnicos complexos em inglês.

Em adição, para a presente disciplina, o aluno deve estar disposto a:

- relacionar as características e demandas específicas para a disciplina;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, A. T. ; BERNARDES, C. B. ; RODRIGUES, M. R. . Brazilian Parliament and digital engagement. *Journal of Legislative Studies*, v. 22, p. 1-19, 2016. (Texto a ser disponibilizado pela professora)

COELHO, Rony. Legislação participativa: atores, iniciativas e processo legislativo. *Interseções*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jun. 2015, p. 189-225

FARIA, C. F. S. ; REHBEIN, M. . Open parliament policy applied to the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Legislative Studies*, v. 22, p. 1-20, 2016. (Texto a ser disponibilizado pela professora)

PITKIN, Hanna F. Representação: palavras, instituições e idéias. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 15-47, 2006.

VITTULO, Gabriel. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2. Brasília, julho- dezembro de 2009, p. 271-301.

KARLSSON, M.. Representation as interactive communication. *Information, Communication & Society*, 16:8, 1201- 1222, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2012.757633>

MACEDO, Silvia Mugnatto. Deliberação e barganha nas audiências públicas das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IESP/UERJ, 2018. (Cap. 2 e Conclusão).

MANCUSO, Wagner P. O Lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004, p. 505 a 547.

MANIN, B.. A democracia de público revisitada. *Novos estudos – CEBRAP*, n.97, São Paulo, Nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300008.

_____. As Metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf

MARQUES, F.J.A.; AQUINO, J. A.; MIOLA, E.. Deputados brasileiros no twitter. In *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº14. Brasília, maio - agosto de 2014, pp. 201-225. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352- rbcpol-14-00201.pdf>

MITOZO, I. B.; MARQUES, F.J.P.; MONT’ALVERNE, C.. COMO SE CONFIGURA A COMUNICAÇÃO ONLINE ENTRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS NO BRASIL? UM ESTUDO SOBRE AS FERRAMENTAS DIGITAIS DA CÂMARA DOS

DEPUTADOS. In *Contracampo*, Niterói (RJ), v. 35, n. 2 ago/2016-nov/2016. Texto a ser disponibilizado pela professora.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

NÓBREGA NETTO, Miguel Gerônimo. Lobby e sua regulamentação no Brasil: uma análise sistemática sobre as propostas e possibilidades de normatização. Dissertação de Mestrado. CEFOR/Câmara dos Deputados, 2015, 188 p. Disponível na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

NOGUEIRA, L. V.; MARQUES, J.P.. A COBERTURA JORNALÍSTICA EM MÍDIAS LEGISLATIVAS: UM ESTUDO SOBRE A

AGÊNCIA CÂMARA. In Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 2, 2016.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48114/30054>

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. A iniciativa popular no sistema constitucional brasileiro: fundamentos teóricos, configuração e propostas de mudanças. Revista de Direito da Cidade. Rio de Janeiro, v. 8, n.4, 2016, p. 1707-1756

PROGREBINSKI, Thamy e SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 2011, p. 259 a 305.

POGREBINSKI, Thamy e VENTURA, Tiago. Mais participação, maior responsividade? As conferências nacionais de políticas públicas e a qualidade da democracia no Brasil. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, 2017, p 7-43.

SAMPAIO, R.C.; MARQUES, J.P.; MAIA, R .. Participação e Deliberação na Internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. In Opin. Publica, vol.16 no.2 Campinas Nov. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200007

SANTOS, Manoel Leonardo; MANCUSO, Wagner Pralon; BAIRD, Marcello Fragano; RESENDE, Ciro Antônio da Silva. Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência. Texto para Discussão n. 2334. Brasília/Rio de Janeiro, IPEA, 2017.

URBINATI. N.. URBINATI, Nadia. Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiente. In: Lua Nova, n. 89, 2013a, p. 85-105. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt

_____. Crises e Metamorfoses da Democracia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28,

n. 82, 2013 b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a01.pdf>.

VOLPATTI, L.; LIMA, P.M.. A eleição das redes sociais – Análise dos principais fatores da eleição de 2018. Levels, 2018. Págs 33 a 54. Texto a ser disponibilizado pela professora.

ZÉMOR, P.. Como anda a comunicação pública? Revista do Serviço Público, Brasília, v. 60, n.2, p. 189-195, abril/junho 2009. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/21>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Aparecida de M. A participação da sociedade civil no processo legislativo: a contribuição da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Monografia. Universidade de Brasília. Curso de Especialização em Gestão Legislativa. Brasília, 2003, 69 p.

ARNOLD, J. R..Parliaments and citizens in Latin America. The Journal of Legislative Studies, v. 18, n. 3-4, September- December 2012, p. 441-462.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. Revista Dados. Rio de Janeiro: v. 50, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>. Acessado em junho de 2013.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa. Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acessado em junho de 2013.

BARROS, A; BERNARDES, C; REHBEIN, M. Comunicação pública e participação política: o caso do Disque-Câmara. Rev. Estud. Comun. Curitiba, v. 13, n. 31, p. 159-169, maio/ago. 2012.

_____. BARROS, A; BERNARDES, C; REHBEIN, M.. O parlamento brasileiro e as novas mídias: balanço da experiência recente da Câmara dos Deputados. In SATHLER, A; BRAGA, R. (ORGs), Legislativo Pós-1988 – Reflexões e Perspectivas. Edições Câmara, Série Relatos de Pesquisa, N.o. 4, 2015a. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22179>

_____. Atuação parlamentar virtual: As estratégias dos deputados federais em seus websites. Revista e-Legis, v. 8. n. 16, abril/2015b. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/222>

_____. Política digital: os parlamentares brasileiros e as mídias sociais. 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2015c. Texto a ser disponibilizado aos alunos.

_____. Vozes sociais na imprensa: a sociedade civil na imprensa. Texto ainda não publicado, a ser disponibilizado aos alunos. 2013.

BONIFÁCIO, R.; RIBEIRO, E.. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2016, n.20, pp.7-42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522016000200007&script=sci_abstract&lng=pt

BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. C.; RODRIGUES, M. P.. As novas tecnologias estão aumentando a qualidade do trabalho dos representantes? Um estudo do uso da internet pelos deputados estaduais da 17.a. legislatura e seus gabinetes. 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Out. 2014. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8853&Itemid=456

BRAGATTO, R.C.; SAMPAIO, R.C.; NICOLÁS, M.A.; A segunda fase da consulta do marco civil da internet: como foi construída, quem participou e quais os impactos?. In Revista Eptic, Vol. 17, nº 1, janeiro-abril 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/3385>

CARLOMAGNO, M. C.. As Assessorias parlamentares na Câmara dos Deputados e a profissionalização da política online. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9469&Itemid=461

CARNEIRO, Rommel Madeiro de M. Teoria da democracia participativa: análise à luz do princípio da soberania popular. Revista Jurídica, Brasília, v. 9, n. 87, p. 25-34, out./nov., 2007.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Iniciativa popular e desvirtuamento do projeto pelo Legislativo: limites e perspectivas de soluções no Brasil e no direito comparado. Texto para Discussão n. 223. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, jan. 2016.

COELHO, Rony Gleison da Silva. Legislação participativa: atores, iniciativas e processo legislativo - um estudo de caso da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (2001-2011). Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas, Unicamp, 2013.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

- DAL BOSCO, Maria Goretti. Audiência pública como direito de participação. Disponível em: http://www.unigran.br/revistas/juridica/ed_anteriores/08/artigos/10.pdf. Acessado em junho de 2013.
- DUFFY, B; FOLEY, M.. Social media, community engagement and perceptions of parliament: a case study from NSW Legislative Council. *Australasian Parliamentary Review*, Autumn 2011, v. 26, n. 1, p. 198-206. Disponível em: [https://www.parliament.nsw.gov.au/prod/parlment/publications.nsf/key/Socialmedia,communityengagementandperceptionofparliamentacasestudyfromtheNSWLegislativeCouncil/\\$File/17-Duffy&Foley-Social+Media.pdf](https://www.parliament.nsw.gov.au/prod/parlment/publications.nsf/key/Socialmedia,communityengagementandperceptionofparliamentacasestudyfromtheNSWLegislativeCouncil/$File/17-Duffy&Foley-Social+Media.pdf)
- FOX, R.. Engagement and Participation: What the public want and How politicians need to respond. *Parliamentary Affairs*, v. 62, n. 4, 2009.
- GARCIA, Alexandre N. Democracia semidireta: referendo, plebiscito, iniciativa popular e legislação participativa. Trabalho final. Universidade do Legislativo Brasileiro/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Curso de Especialização em Direito Legislativo. Brasília, 2004, 15 p.
- LESTON-BANDEIRA, C.. The impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. *Parliamentary Affairs*, v. 60, n. 4, 2007.
- LESTON-BANDEIRA, C; BENDER, D. How deeply are parliaments engaging on new media? University of Hull, 2013. Disponível em: http://www.lancaster.ac.uk/fass/events/epop2013/docs/Dr%20Cristina%20Leston-Bandeira_How_Deeply_Are_Parliaments_Engaging_on_Social_Media.pdf
- LIN, Nelson Shih Yien. Participação popular no legislativo federal – um estudo de seus mecanismos institucionais: emendas populares no processo constituinte, iniciativa popular de lei e Comissão de Legislação Participativa (CLP). Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo, USP, 2010.
- MANCUSO, Wagner P. O Lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004, p.505-547.
- MARQUES, F. P. J. A.; AQUINO, J. A.; MIOLA, E. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 2, agosto de 2014, p. 178-203.
- Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000200178
- MARTINS, Ricardo C. R. O Poder Legislativo e as Políticas Públicas Educacionais no Período 1995-2010. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, 241 p.
- MATOS, Heloiza. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso de Legislativo. Trabalho apresentado no XXI congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/783e6552ae7775c83c58acadcbd0563e.PDF>. Acessado em junho de 2013.
- MCCUBBINS, Mathew D., Schwartz Thomaz. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. *American Journal of Political Science*. v. 28, n. 1, feb. 1984, p. 165-179.
- MELCHIORI, Cíntia Ebner. Participação e representação política: a iniciativa popular de lei e o caso do movimento de combate à corrupção eleitoral. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FGV/EAESP, 2011.
- MICHILES, Carlos et al. Cidadão constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

MIGUEL, Luiz Felipe. Comunicação e a prática política. Revista Lua Nova, N 55-56, 2002.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>.

MARQUES, F.P.J.A. ; MONTALVERNE, C. ; MITOZO, I. B. . A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti- qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. OBSERVATORIO (OBS*), v. 12, p. 224, 2018.

NERY, Carlos Alberto F. A iniciativa popular na elaboração legislativa: um estudo sobre a participação da sociedade no processo de formulação das leis. Monografia. Universidade de Brasília. Faculdade de Estudos Sociais Aplicados. Curso de Especialização em Desenvolvimento Gerencial. Brasília, 2001.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Lobby e representação de interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil. Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Ciência Política. Campinas, 2004.

PETINELLI, Viviane. Aferindo a capacidade de influência das conferências de políticas públicas sobre os programas das respectivas políticas setoriais. Opinião Pública. Campinas, v. 21, n. 3, dez 2015, p. 643-672.

PETINELLI, Viviane. A quem servem as conferências de políticas públicas? Desenho institucional e atores beneficiados. Opinião Pública. Campinas, v. 23, n. 3, set/dez 2017, p. 612-646.

PITKIN, Hanna F. Representação: palavras, instituições e idéias. Lua Nova, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006

POGREBINSKI, Thamy e outros. Entre representação e participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro/Brasília. IUPERJ, Ministério da Justiça e PNUD, 2010, 292 p.

RIBEIRO, Hécio. A iniciativa popular como instrumento da democracia participativa. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Faculdade de Direito, s/d. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/Artigos/helcioribeiro.pdf>.

ROSSINI, P.G.; BAPTISTA, E. A.; OLIVEIRA, V.V.; SAMPAIO, R.C.. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas eleitorais nas estratégias das campanhas digitais. Texto apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, em Caxambu, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt22/9644-o-uso-do-facebook-nas-eleicoes-presidenciais-brasileiras-de-2014-a-influencia-das-pesquisas-de-opiniao-nas-campanhas-on-line/file>

SAMPAIO, R. C; AZEVEDO, D. P.; ALMADA, M. P... Esfera civil e eleições 2010: uma análise de iniciativas online para maior controle civil. Logos 35 Mediações sonoras, v. 18, n. 2, 2.o. semestre de 2011. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/35/19_logos35_tema_livre_sampaio.pdf

SANTOS, Luiz Alberto. Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo das políticas públicas: análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Doutorado em Ciências Sociais. Brasília, 2007.

SANTOS, Luiz Claudio Alves. A participação popular na iniciativa das leis no contexto da democracia representativa e da participação política no Brasil. Tese de mestrado defendida em 2009, pelo IUPERJ. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3466/participacao_popular_santos.pdf?sequence=3. Acessado em junho de 2013.

SANTOS, Manoel Leonardo e CUNHA, Lucas. Percepções sobre a regulamentação do lobby no Brasil: convergências e divergências. Texto para Discussão n. 2141. Brasília/Rio de Janeiro, IPEA, 2015.



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

SANTOS, Manoel W. D. O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. Dissertação de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife, 2011, 196 p.

STABILE, Max. Democracia eletrônica para quem? Compreendendo a demanda do portal da Câmara dos Deputados do Brasil. Portal Opinião Pública da UFMG, disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/Stabile.pdf>.

STANLEY, J. W; WEARE, C.. The effects of Internet use on Political Participation: Evidence from na Agency Online Discussion Forum. Administration & Society, v. 36, n. 5, nov. 2004, p. 503-527.

TEIXEIRA, Leandro A. A iniciativa popular no contexto do processo legislativo: problemas, limites e alternativas. Monografia. CEFOR/Câmara dos Deputados. Curso de Especialização em Processo Legislativo. Brasília, 2008.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática. Apresentado no Encontro Anual da American Political Science Association (Apsa), Washington (EUA), setembro de 2005. Tradução de Mauro Soares. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>.

URBINATI, N; WARREM, M. E..The concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. The Annual Review of Political Science, n. 11, p. 387-412, 2008. Disponível em http://www.researchgate.net/publication/228283832_The_Concept_of_Representation_in_Contemporary_De_mocratic_Theory

VITTULO, Gabriel. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 2. Brasília, julho- dezembro de 2009, p. 271-301.

WEBB, P.. Who is willing to participate? Dissatisfied democrats, stealth democrats and populists in the United Kingdom. European Journal of Political Research, n. 52, p. 747-772, 2013. Disponível em: <https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=sei-working-paper-no-131.pdf&site=266>

WILLIAMSON, A.. Digital citizens and democratic participation – An analysis of how citizens participate online and connect with MPs and Parliament. Hansard Society, 2010. Disponível em: <http://www.hansardsociety.org.uk/wp-content/uploads/2012/10/Digital-Citizens-and-Democratic-Participation-2010.pdf>

CRONOGRAMA DE AULAS				
AULA	H/A	CONTEÚDO/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	REFERÊNCIAS
1ª	2	Apresentação do Programa e orientação sobre trabalhos	Malena	
	2	Conceitos básicos sobre democracia e representação. Representação, soberania popular e democracia. A função representativa do Legislativo. Formas de participação.	Malena e Ricardo	Pitkin (2006); Vittulo (2009); Carneiro (2007); Garcia (2004).
2ª	2	O impacto da participação na elaboração das leis Audiências públicas e conferências nacionais.	Malena e Ricardo	Martins (2012); Macedo (2018) Pogrebinsky e Santos (2011);
	2	Apresentação de estudo caso ou texto previamente escolhido pelos alunos	Alunos; Malena e Ricardo	Pogrebinsky e Ventura (2017)



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

PLANO DE CURSO DE DISCIPLINA

CRONOGRAMA DE AULAS				
AULA	H/A	CONTEÚDO/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	REFERÊNCIAS
3ª	2	O impacto da participação na elaboração das leis. Iniciativa popular e legislação participativa.	Malena e Ricardo	Teixeira (2008); Andrade (2003); Coelho (2015);
	2	Apresentação de estudo caso ou texto previamente escolhido pelos alunos	Alunos; Malena e Ricardo	Pereira (2016)
4ª	2	O impacto da participação na elaboração das leis. Lobby	Malena e Ricardo	Mancuso (2004); Oliveira (2004); Santos (2011); Nóbrega Netto (2015);
	2	Apresentação de estudo caso ou texto previamente escolhido pelos alunos. Entrega do projeto de artigo individual	Alunos; Malena e Ricardo	Santos e outros (2017)
5ª	2	Ação parlamentar e meios de participação no Legislativo brasileiro. Como a participação política acontece hoje no Legislativo brasileiro em diversos mecanismos. Meios de participação no Legislativo. Dados atuais.	Malena	Arnold (2012) Barros; Bernardes; Rehbein (2016); Mitozo et al (2016); Marques et al (2014); Faria e Rehbein (2016); Volpatti e Lima (2018)
	2	Apresentação de estudo caso ou texto previamente escolhido pelos alunos	Alunos e Malena	Sampaio et al (2010) ou Bragatto et al (2016)
6ª	2	Informação e participação Como a comunicação trata a participação política. Dados sobre participação no debate político via imprensa nacional e institucional. Comunicação, comunicação pública e representação - Vozes da sociedade na mídia: - Nacional - Institucional	Malena	Barros, Bernardes e Rehbein (2013); Karlson (2012); Urbinati (2013); 2013b); Nogueira e Marques (2016) Zémor, (2009)
	2	Apresentação de estudo caso ou texto previamente escolhido pelos alunos	Alunos e Malena	Miguel (2002) + Marques et al (2018) ou Manin (2013)
7ª	4	Apresentação oral e entrega do artigo escrito	Alunos e Malena	
8ª	2	Entrega do resultado final e encerramento da disciplina	Alunos e Malena	

CARGA HORÁRIA POR PROFESSOR	
Malena Rehbein Rodrigues Sathler	C/H: 30 horas/aula
Ricardo Chaves de Rezende Martins	C/H: 14 horas/aula